

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161.2023.PE.073.EPC-SMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2023
INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O **MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.377.679/0001-96, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, torna público que fará licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, de acordo com o descrito neste edital e seus anexos, por intermédio do **Agente de Contratação**, designado mediante **PORTARIA nº. 007/2023 - SULIC**, objetivando a contratação do objeto adiante descrito:

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REFORMA DE ESTOFADO E PINTURA DE EQUIPAMENTOS E ITENS PERTENCENTES AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE BUCAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 20/02/2024 às 10:00 horas - **HORÁRIO DE BRASÍLIA**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/02/2024 às 10:00 horas - **HORÁRIO DE BRASÍLIA**

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 20/02/2024 às 10:00 horas

PLATAFORMA UTILIZADA: ComprasNet - www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

Agente de Contratações: Amanda Barreto

E-mail: amanda.barreto@jaboatao.pe.gov.br

Fone: (81) 99975-1797

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Decreto Municipal nº 004/2023 e Instrução Normativa nº 01/2022 – SULIC/PMJG.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O edital e seus anexos encontra-se disponível no www.gov.br/compras/pt-br/

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.

ÓRGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, cujo secretária é a autoridade solicitante e a ordenadora de despesas, utilizando recursos orçamentários do referido órgão para fazer face às despesas da contratação.

O presente edital observará as condições definidas previamente pela autoridade solicitante, em atenção ao Decreto Municipal nº 008, de 10 de fevereiro de 2023, publicado no DOM nº 31, de 11/02/2023, em seu art. 4º, que prevê: É da autoridade solicitante, ordenadora de despesas, a responsabilidade pelos estudos técnicos preliminares, termos de referência, projetos, cotações prévias para formação dos preços estimados, estabelecimento de exigências de habilitação e classificação, critério de participação, critério de apresentação de amostra, critério de julgamento, critério de adjudicação e demais documentos e informações necessárias ao processamento das contratações.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161.2023.PE.073.EPC-SMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2023**

EDITAL

O MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.377.679/0001-96, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que fará licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, de acordo com o descrito neste edital e seus anexos, objetivando a contratação do objeto adiante descrito.

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REFORMA DE ESTOFADO E PINTURA DE EQUIPAMENTOS E ITENS PERTENCENTES AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE BUCAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: ComprasNet - www.gov.br/compras/pt-br/	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE	
COORDENAÇÃO DO PROCESSO: EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES – PORTARIA CONJUNTA SAD/SMS Nº. 004/2023.	
Gestor de Planejamento: RAFAEL RODRIGUES	
Celular: (81) 9 9975-1797	Endereço: Estrada da Batalha, nº 1200, Galpão N, Jardim Jordão, Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.315-570.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 008/2023 e Instrução Normativa nº 02/2023 – SULIC.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília. Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.	
ÓRGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE, cujo secretário é a autoridade solicitante e a ordenadora de despesas, utilizando recursos orçamentários do referido órgão para fazer face às despesas da contratação.	
O presente edital observará as condições definidas previamente pela autoridade solicitante, em atenção ao Decreto Municipal nº.008, de 10 de fevereiro 2023, publicado no DOM nº. 31, de 11/02/2023, Art. 4º É do ordenador de despesa, autoridade solicitante, a responsabilidade pelos estudos técnicos preliminares, termos de referência, projetos, cotações prévias para formação dos preços estimados, estabelecimentos de exigências de habilitação e classificação, critério de participação, critério de apresentação de amostra, critério de julgamento, critério de adjudicação e demais documentos e informações necessárias ao processamento das contratações.	



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidora, denominada AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A), habilitado pela SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS e designado conforme Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do Portal de Compras Governamentais – COMPRASNET (www.gov.br/compras/pt-br/).
- 1.3 Na hipótese de ser feriado, ou qualquer outro motivo que não haja expediente no órgão na data agendada, a sessão inicial fica automaticamente adiada para o mesmo horário do dia útil subsequente.
- 1.4 A LICITANTE deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, divulgados pela página eletrônica do Portal de Compras Governamentais – COMPRASNET (www.gov.br/compras/pt-br/), atentando também para a data e horário do início da disputa.

2 OBJETO

- 2.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REFORMA DE ESTOFADO E PINTURA DE EQUIPAMENTOS E ITENS PERTENCENTES AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE BUCAL DO JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.
- 2.2 O material deverá ser de boa qualidade, garantindo o seu pleno uso e a substituição dos itens que não atenderem as exigências.
- 2.3 A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante no Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.
- 2.4 O critério de julgamento adotado será **O MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

3 VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

- 3.1 O valor estimado para o presente procedimento é de **R\$ 1.952.381,73 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos)**.
- 3.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.
- 3.3 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

4 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Jaboatão dos Guararapes, na classificação abaixo:



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

PROGRAMA: 2005

CÓDIGO DA AÇÃO: 2111

CÓDIGO SUBAÇÃO: 317 - Manter e fortalecer os centros de especialidades odontológicas - CEO e o LRPD.

FONTE: 16000002

PROGRAMA: 2005

CÓDIGO DA AÇÃO: 2111

CÓDIGO SUBAÇÃO: 311 - Manter e expandir as ações e serviços de saúde bucal na Atenção Primária.

FONTE: 16000001

FONTE: 15001002

5 REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de **Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 O certame será conduzido pelo AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da Equipe de Planejamento e Contratação;
- b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- h) Declarar a vencedora;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

6.2 Do Credenciamento

6.2.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

6.2.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através da página eletrônica do Portal de Compras Governamentais – COMPRASNET (www.gov.br/compras/pt-br/).

6.2.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Jaboatão dos Guararapes, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

6.2.4 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.2.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

6.2.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da PLATAFORMA DA LICITAÇÃO e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.2.8 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação.

7 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento do pregão.

7.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.

7.3 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.4 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Não poderão participar desta licitação os interessados:

7.6.1 Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

7.6.2 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

7.6.3 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

7.6.4 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

7.6.5 Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.6.6 Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

7.6.7 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.8 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.6.9 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

7.6.10 Que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- 7.6.11 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 7.6.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)
- 7.6.13 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 7.6.14 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, nos termos da justificativa contida no Termo de Referência.

8 DAS DECLARAÇÕES

- 8.1 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 8.1.1 Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- 8.1.2 Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- 8.1.3 Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- 8.1.4 Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- 8.1.5 Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021
- 8.1.6 Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- 8.1.7 Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.
- 8.1.8 Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88
- 8.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 8.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

9 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006) NOS ITENS/LOTES DESTINADOS À AMPLA CONCORRÊNCIA.

9.1 Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.2 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.3 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1 Valor unitário e total do lote e seus itens;

10.1.2 Marca dos produtos ofertados.

10.1.3 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

10.1.3.1 Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

10.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 O prazo de validade da proposta é fixado em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

10.7 No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

10.8 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

10.9 Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

10.10 A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

10.11 O licitante deverá cadastrar junto à proposta de preços os catálogos/folders/ficha técnica dos produtos, contendo as dimensões, indicação do fabricante, marca, modelo, ficha técnica, folheto explicativo do produto ou qualquer outro documento que especifique o objeto de forma a facilitar a avaliação da conformidade da proposta com as especificações constantes no Termo de Referência.

11 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.2 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

11.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5.1 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.6 A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

11.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

11.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.11.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2 O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

12.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação /Pregoeiro e os licitantes.

12.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- 12.8 O LANCE deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO LOTE**.
- 12.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 12.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 12.11 Na etapa de lances, cada lance realizado deverá superar o valor anteriormente ofertado em, no mínimo, **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 12.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 12.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 12.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema **encaminhará** aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.15 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 12.18 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.19 Poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 12.20 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.
- 12.21 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 12.22 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.23 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 12.24 No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 12.25 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.26 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

12.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

12.28 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

12.29 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

12.29.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

12.29.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

12.29.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

12.29.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.30 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.30.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize

12.30.2 empresas brasileiras;

12.30.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.30.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.32 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.33 O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.34 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13 DA FASE DE JULGAMENTO

13.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento de fornecedor, se houver;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

13.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

13.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

13.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

13.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

13.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 11.4 e 13 deste edital.

13.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

13.7.1 Contiver vícios insanáveis;

13.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

13.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço mínimo definido para a contratação;

13.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

13.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

13.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

13.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após **diligência** do Agente de Contratação/Pregoeiro, que comprove:

13.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

13.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1 O licitante previamente classificado enviará, exclusivamente pelo Sistema Licitar, a documentação de habilitação no prazo determinado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

14.2 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.2.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.2.2 Será inabilitado a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.2.3 Para fins de habilitação, a verificação pelo Agente de Contratação/ Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

14.2.4 Se a LICITANTE CLASSIFICADA em primeiro lugar não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

14.2.5 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.2.6 Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

14.3 Habilitação jurídica:

14.3.1 Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.3.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.3.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.3.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.3.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

14.3.7 Autorização de Funcionamento da sede da empresa e da filial, quando for o caso.

14.4 Habilitação Fiscal e Trabalhista:

14.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

14.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.4.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

14.4.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.4.9 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.4.10 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.5 Habilitação Técnica:

14.5.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, demonstrando os serviços executados pelo licitante.

14.5.1.1. O critério de compatibilidade do atestado técnico apresentado será de acordo com a quantidade de itens que a empresa participante desta licitação, tiver interesse. Devendo o mesmo ser compatível com a natureza dos itens constantes nesse Termo de Referência em sua proposta comercial sob pena de inabilitação.

14.5.1.2. No atestado deverá constar a quantidade contratada ou executada de forma que seja possível aferir o percentual solicitado nesta licitação, que é de no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo do lote. Ressaltando que podem ser somados mais de um atestado para alcançar esse quantitativo.

14.5.1.3. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

14.5.1.4. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital.

14.5.7. Certidão de Registro e quitação da empresa pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), expedida na sede da licitante.

14.6 Habilitação Econômico-Financeira:

14.6.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

14.6.2 Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

14.6.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**;

14.6.4 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

SOCIEDADE ANÔNIMA (S/A):

- Publicados em Diário Oficial; ou



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs. As Demonstrações Contábeis compreendem: DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
 - Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE 'SIMPLES':

- Por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

14.6.4.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

14.6.4.2 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

14.6.5 Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico financeira para todos os itens em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item, os respectivos itens para os quais o licitante será habilitado.

14.6.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

14.6.7 Se a LICITANTE CLASSIFICADA em primeiro lugar não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

14.6.8 Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

14.6.9 O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

15 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1 A proposta final do licitante declarado vencedor, quando solicitada, deverá ser encaminhada no sistema eletrônico, com prazo mínimo indicado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

15.1.1 Deve ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- 15.1.2 Apresentar a planilha de custos e formação de preços, quando houver, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- 15.1.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 15.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 15.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 15.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/2021).
- 15.3.1 **Caso o valor unitário tenha mais de duas casas decimais estas serão eliminadas e valor global ajustado.**
- 15.3.2 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 15.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 15.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 15.6 A princípio, o não envio da proposta ajustada não ocasionará a desclassificação, exceto na ausência da PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO, quando houver a necessidade.

16 DOS RECURSOS

- 16.1 O Agente de Contratação/Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 16.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 16.2.1 Nesse momento o Agente de Contratação/Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 16.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 16.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 16.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 16.5 Após a fase recursal, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

17 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

17.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), Portal de Licitação (licitacoes.jaboatao.pe.gov.br), Diário Oficial do Município e Sistema de processamento da licitação, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

Também poderá ser realizada a convocação por e-mail, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

18 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto licitado e homologará o procedimento licitatório.

19 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1 As regras acerca da execução do serviço são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

20 DO CONTRATO

20.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de vigência encontram-se no termo de referência, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

21 DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

21.1 As regras acerca do Reajuste e Reequilíbrio Econômico Financeiro da Ata de Registro de Preço e do Contrato são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

22 DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

22.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este edital.

23 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

23.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

24 DO PAGAMENTO

24.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

25 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- 25.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 25.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail do Agente de Contratação/Pregoeiro responsável ou no próprio portal de compras, ambos descrito no preâmbulo deste edital, ou ainda por petição dirigida ou protocolada no endereço também constante no preâmbulo.
- 25.3 Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias útil contados da data de recebimento da impugnação.
- 25.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 25.5 Os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail do Agente de Contratação/Pregoeiro responsável ou no próprio portal de compras, ambos descrito no preâmbulo deste edital, ou ainda por petição dirigida ou protocolada no endereço também constante no preâmbulo.
- 25.6 O Agente de Contratação/Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 25.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame vincularão os participantes e a Administração.
- 25.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 25.9 Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos, poderão ser solicitados por qualquer pessoa até 03 (três) dias uteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e os pedidos de impugnação, deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema do Portal de Compras Governamentais – COMPRASNET (www.gov.br/compras/pt-br/).
- 25.10 A resposta à impugnação ou ao período de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 25.11 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 25.12 O AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO(A) poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

26 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:
- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. Der causa à inexecução total do contrato;
 - IV. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 26.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 26.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 26.2.2 Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 26.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)
- 26.2.4 Multa:
- 26.2.4.1 Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.
- 26.2.4.2 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato.
- 26.2.4.3 Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.
- 26.2.4.4 Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.
- 26.2.4.5 Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
- 26.2.4.6 Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 26.3 O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 26.4 A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).
- 26.5 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).
- 26.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).
- 26.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).
- 26.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 26.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.10 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

26.10.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

26.10.2 As peculiaridades do caso concreto;

26.10.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

26.10.4 Os danos que dela provierem para o Contratante;

26.10.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.11 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

26.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

26.13 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

26.14 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

27 DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

27.1.1 A anulação do Pregão induz à do contrato.

27.1.2 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

27.2 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3 A participação da licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

27.4 Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Termo de Referência.

27.5 Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, prevalece o Edital.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

27.6 Em caso de comprovação de que o serviço prestado difere em qualquer aspecto do serviço contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço tem lhe causado.

27.7 A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

27.8 O Agente de Contratação/Pregoeiro não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

27.9 Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

27.10 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura.

27.11 O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

28 DO FORO

28.1 Fica eleito o foro do Jaboatão dos Guararapes - PE para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jaboatão dos Guararapes, 26 de Janeiro de 2024.

 Documento assinado digitalmente
RAFAEL RODRIGUES DOS SANTOS
Data: 26/01/2024 10:34:08-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

RAFAEL RODRIGUES
GESTOR DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

Este Termo de Referência tem como fundamento legal a Lei Federal nº 14.133/2021, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, bem como no Decreto Municipal nº 08 de 11 de fevereiro de 2023, que regulamenta os procedimentos de aquisição de bens e serviços no Município do Jaboatão dos Guararapes, assim como também a Instrução Normativa nº 02/2023 que dispõe sobre o processo de planejamento de contratações de obras, serviços e bens pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

1.OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a formalização de Ata de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de empresa especializada na execução dos serviços de instalação, reforma de estofado e pintura de equipamentos e itens pertencentes aos consultórios odontológicos da rede municipal de Saúde Bucal do Jaboatão dos Guararapes-PE, em conformidade com as condições e especificações prevista neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme dispõe a Constituição federal de 1988 em seu art. 196.

2.2. Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde do Jaboatão dos Guararapes deve manter as suas instalações em plenas condições de funcionamento e desta forma tem envidado esforços no sentido de atender às necessidades da rede de saúde bucal.

2.3. Considerando a necessidade de assegurar a qualidade nos atendimentos diários à população visando à integralidade do cuidado a partir de ações destinadas à promoção, identificação, prevenção e recuperação da saúde bucal dos munícipes, é necessário garantir a instalação, reforma de estofado e pintura de equipamentos odontológicos e outros itens pertencentes aos consultórios odontológicos da rede municipal de Saúde Bucal de Jaboatão dos Guararapes, fundamentais para o adequado funcionamento dos serviços de saúde bucal prestados.

2.4. A cobertura de saúde bucal da atenção básica municipal é de 50,09% cujos serviços são prestados por 121 consultórios odontológicos, sendo 88 destes na Estratégia de Saúde da Família (ESF), 11 nas sete Unidades Básicas Tradicionais (UBT), 04 nas 02 Policlínicas, 17 nos quatro Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e um consultório no Serviço de Atenção especializada (SAE).

2.5. Considerando que o desgaste natural pelo uso contínuo, interferências de eventos da natureza (como as fortes chuvas ocorridas em 2022, maresia, entre outros), etc, provocam a necessidade de contratação de empresa especializada na execução dos serviços em tela, para se manter os equipamentos e outros itens pertencentes aos consultórios odontológicos em condições adequadas de conservação e uso.

2.6. Considerando que a adequada manutenção dos equipamentos e outros itens pertencentes aos consultórios odontológicos prolongam sua vida útil, implicando em redução na necessidade de compra de novos equipamentos; cooperam para um adequado e salubre ambiente de trabalho para as equipes de Saúde Bucal das Unidades e na segurança do trabalhador; asseguram o cumprimento das normas que regem a Vigilância Sanitária, o Código de Ética Odontológico, e as Recomendações



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

da ANVISA no que tange a esta questão, bem como garante uma melhor assistência odontológica à população.

2.7. Este processo licitatório está em acordo com o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, sendo identificado no Plano de Contratações Anual (PCA), sob o código de identificação 68437 no Sistema de Governança Institucional (SGI) da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes.

2.8. Diante do exposto e da essencialidade do objeto a ser licitado, solicitamos a tramitação do processo administrativo, conforme o Decreto Nº 11.462, de 31 de Março de 2023, que Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços, com vigência para de 01 (um) ano, tendo em vista a necessidade de garantir a execução do objeto em tela.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde é o único Órgão participante do Registro de Preços.

3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) das Atas de Registro de Preços oriundas deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do produto a ser fornecido, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

4.1. Não é permitido a adesão a Ata de Registro de Preços por um órgão que não tenha sido incluído originalmente no processo (órgão não participante).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A contratualização do objeto em tela através do Sistema de Registro de Preços (SRP), possibilita que a aquisição ocorra de forma proporcional à demanda, evitando possíveis prejuízos à Administração Pública.

5.2. Este registro de preços encontra respaldo nas hipóteses previstas no artigo 3º, inciso V Decreto Federal nº 11.462/2023 (que regulamenta os art. 82 a art.86 da Lei Federal 14.133/2021, pelo seguinte motivo:

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

5.3. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, a partir da homologação do pregão eletrônico, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6. FORMAS E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Esta licitação ocorrerá na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, art. 28, inc. I, da Lei 14.133/21, com o intuito de estabelecer os critérios básicos a serem considerados pela empresa contratada quando da prestação dos serviços descritos no Objeto;

6.2. A modalidade foi escolhida em razão do objeto da presente licitação se enquadrada no conceito descrito no art. 6º, XV da Lei 14.133/21:

XV - Serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

6.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**, nos termos do art. 33, I, da Lei 14.133/21;

6.4. A busca pelo menor preço “considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação”, conforme dispõe o art. 34 da Lei 14.133/21, que complementa:

§ 1º **Os custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

6.5. A presente licitação será realizada em **LOTE ÚNICO**, haja vista a natureza do serviço a ser executado.

6.6. Após a sessão de lances o vencedor do lote deverá apresentar a proposta em conformidade com o disposto no item 22, bem como documentos que atestem a capacidade técnica e qualificação econômico financeira de acordo com o item 11 deste Termo de Referência.

7. ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS

7.1. Os quantitativos estimados para este registro de preços estão especificados no ANEXO I, deste Termo de Referência e foram obtidos levando-se em consideração o levantamento de equipamentos e mobiliários, realizado pela Coordenação de Saúde Bucal, deste Município, de forma a assegurar todas as demandas, para os próximos 12 meses, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde do Jaboatão dos Guararapes.

7.2. Cabe ressaltar que nessa projeção também foi considerada uma reserva técnica de 10%, a fim de contemplar a perspectiva de ampliação da Rede de Saúde Bucal.

7.3. Por se tratar de registro de preços, o quantitativo do objeto discriminado no ANEXO I, bem como a existência de dotação orçamentária, não vinculará o Contratante à sua total execução, uma vez que tais fornecimentos serão realizados, eventualmente, conforme a demanda.

8. DO VALOR ESTIMADO

8.1. O valor estimado global do Registro de Preços é de **R\$1.952.381,73 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e setenta e três centavos)**. Distribuídos nos itens especificados no anexo deste documento. Conforme planilha com itens e valores estimados no Anexo I.

8.2. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

8.3. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais estimados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

9.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde do Jaboatão dos Guararapes, na classificação abaixo:

PROGRAMA: 2005

CÓDIGO DA AÇÃO: 2111

CÓDIGO SUBAÇÃO: 317 - Manter e fortalecer os centros de especialidades odontológicas - CEO e o LRPD.

FONTE: 16000002

PROGRAMA: 2005

CÓDIGO DA AÇÃO: 2111

CÓDIGO SUBAÇÃO: 311 - Manter e expandir as ações e serviços de saúde bucal na Atenção Primária.

FONTE: 16000001

FONTE: 15001002

9.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

9.3. Por se tratar de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos e entidades, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.

10. DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

10.1. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da sua apresentação.

10.2 A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de **01 (um) ano** contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei 14.133/21.

10.3. O prazo de vigência do presente **Contrato é de 01 (um) ano**, contados a partir da data de sua assinatura, admitida prorrogação sucessiva, respeitada a vigência máxima decenal, em conformidade com o art. 107, da Lei 14.133/21.

10.3.1. Considerando que o presente objeto trata-se de **serviços de reforma, pintura, instalação e desinstalação de equipamentos e mobiliários da rede de saúde bucal**, para atendimento às demandas advindas da Rede de Atenção à Saúde, cuja necessidade é permanente. Dessa forma, o fornecimento será feito de forma contínua para garantir que não sejam interrompidos os atendimentos, que são imprescindíveis para os munícipes do Jaboatão dos Guararapes.

10.4. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei nº 14.133/21, quando o fornecedor será convocado para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e subseqüentes alterações, e neste Edital.

10.5. A execução do objeto em tela ocorrerá sob demanda e deverá se dar no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço (OS).



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

10.6. O contratado deverá realizar os fornecimentos em estrita conformidade com as especificações técnicas exigidas pela contratante, bem como realizará a entrega nos locais estipulados no termo de referência.

10.7. Se quando do recebimento do objeto do contrato, a contratante verificar quaisquer inconformidades com as especificações técnicas exigidas constantes no termo de referência, o contratado fica obrigado a sanar as irregularidades no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da ciência da notificação emitida.

10.8. O pagamento à contratada dar-se-á em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Gestor do contrato/Ata de Registro de Preço responsável.

10.9. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

11. DOS REQUISITOS TÉCNICOS E ECONÔMICO FINANCEIRO PARA HABILITAÇÃO

REQUISITOS TÉCNICOS:

11.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, demonstrando os serviços executados pelo licitante.

11.1.1. O critério de compatibilidade do atestado técnico apresentado será de acordo com a quantidade de itens que a empresa participante desta licitação, tiver interesse. Devendo o mesmo ser compatível com a natureza dos itens constantes nesse Termo de Referência em sua proposta comercial sob pena de inabilitação.

11.2. No atestado deverá constar a quantidade contratada ou executada de forma que seja possível aferir o percentual solicitado nesta licitação, que é de no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo do lote. Ressaltando que podem ser somados mais de um atestado para alcançar esse quantitativo.

11.3. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

11.4. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital.

11.5. Certidão de Registro e quitação da empresa pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), expedida na sede da licitante.

REQUISITOS JURÍDICOS:

11.6. Autorização de Funcionamento da sede da empresa e da filial, quando for o caso.

REQUISITOS ECONÔMICO FINANCEIRO

11.7. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.7.1. Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

11.8. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

11.8.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

11.8.1.1. SOCIEDADE ANÔNIMA (S/A):



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- Publicados em Diário Oficial; ou
 - Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs. As Demonstrações Contábeis compreendem: DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

11.8.1.2. SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
 - Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

11.8.1.3. MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE 'SIMPLES':

- Por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

11.8.1.4. SOCIEDADE CRIADA NO EXERCÍCIO EM CURSO:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 11.9. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 11.10. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 11.11. Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico financeira para todos os itens em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item, os respectivos itens para os quais o licitante será habilitado.
- 11.12. Para fins de habilitação, a verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.
- 11.13. Se a LICITANTE CLASSIFICADA em primeiro lugar não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
- 11.14. Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.
- 11.15. O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. A execução dos serviços deverá ocorrer **sob demanda**, no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, após emissão do empenho e da Ordem de Serviço (OS), devendo o produto do serviço contratualizado ser realizado nas unidades de saúde apontadas no anexo II, no horário das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

12.2. O produto fim, proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:

12.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais recebidos com as especificações requisitadas.

12.2.2. Definitivamente, pelo servidor designado pelo órgão aderente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

12.3. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 140 da Lei Federal nº 14.133/21.

12.4. Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:

12.4.1. Compatibilidade dos itens com as exigências desta Dispensa de Licitação.

12.4.2. Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.).

12.5. Fica assegurado ao Contratante o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para o Contratante.

12.6. Será considerada recusa formal a não substituição do material, após 02 (dois) dias úteis da sua rejeição ou devolução.

12.7. Serão recusados os materiais que não satisfizerem às especificações ou apresentem qualquer vício, devendo os valores correspondentes serem glosados.

12.8. A empresa se compromete a reparar os danos e sanar todos os vícios do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como aos parâmetros descritos por este TR.

12.9. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

12.10. Somente será aceito a prestação de serviço realizada em acordo com o contido nas especificações do Anexo I deste Termo de Referência.

12.11. A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal, regularmente, correspondente ao quantitativo dos serviços executados.

13. DA GESTÃO DO CONTRATO

13.1. Durante a vigência Contratual, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante, devendo a Contratada fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

13.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias.

13.3. O gestor e o fiscal do Contrato serão designados em Portaria e publicada no Diário Oficial do Município (DOM).

13.4. A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, estabelecido e registrado na assinatura do Contrato, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

13.5. Cabe ao **Fiscal do Contrato**:

13.5.1. Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

13.5.2. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da Contratante quanto da Contratada.

13.5.3. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.

13.5.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.

13.5.5. Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.

13.5.6. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado.

13.5.7. Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração.

13.5.8. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa.

13.5.9. Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

13.6. Cabe ao Gestor do Contrato:

13.6.1. Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada.

13.6.2. Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente.

13.6.3. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada.

13.6.4. Emitir avaliação da qualidade do objeto fornecido.

13.6.5. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais.

13.6.6. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato.

13.6.7. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais.

13.6.8. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais.

13.6.9. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado.

13.6.10. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. À Secretaria Municipal de Saúde, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:

14.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços.

14.1.2. Providenciar a indicação, sempre que solicitado, dos Fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade requerente.

14.1.3. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preço.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

14.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

14.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. O órgão ou entidade Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste registro de preços, obrigando-se, ainda, a:

15.1.1. O órgão ou entidade Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste registro de preços, obrigando-se, ainda, a:

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, após o cumprimento das formalidades legais;

15.1.2. Comunicar à Detentora da Ata/Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

15.1.3. Atestar a qualidade e quantidade do material fornecido pela empresa Detentora da Ata/Contratada, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações e marcas registradas em Ata e com as quantidades solicitadas na autorização de fornecimento;

15.1.4. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão Contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;

15.1.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata/Contratada.

15.1.6. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A Contratada, além da disponibilização de mão de obra necessária para a perfeita execução do objeto descrito neste Termo de Referência, obriga-se, ainda, a:

16.1.1. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram este Termo de Referência.

16.1.2. Não transferir, no todo ou em parte, a execução objeto em tela.

16.1.3. Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas neste documento.

16.1.4. Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

16.1.7. Executar os serviços contratados de acordo com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certificação do Inmetro, nome do químico responsável, nº de telefone para atendimento ao consumidor, informações sobre aplicação, uso, composição, alertas, atendimento a normas da ABNT etc.).

16.1.8. Executar o serviço em perfeitas condições de uso e consumo, atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste documento e nos termos das contratações levadas a efeito, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da autorização de serviço.

16.1.9. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão Contratante, relativamente a execução do objeto em tela.

10.1.10. Assumir inteira responsabilidade do objeto, devendo o produto entregue receber prévia aprovação da Contratante, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- 16.1.11. O recebimento do objeto estará rigorosamente condicionado à verificação do atendimento às especificações contidas neste documento e, à Contratada que deixar de entregar os bens ou entregá-los fora das especificações, deverão ser aplicadas as sanções estabelecidas neste Termo de Referência, além de arcar com todo o ônus proveniente do envio e devolução do objeto;
- 16.1.12. Repor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos.
- 16.1.13. Substituir, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, o serviço que não atender ao especificado, procedendo à substituição de toda ou parte da remessa que tenha sofrido qualquer alteração, detectada em até 05 (cinco) dias da entrega, por proximidade a produtos químicos, insetos ou qualquer outro elemento estranho que venha a prejudicar o conteúdo da embalagem.
- 16.1.14. Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições deste documento.

17. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor responsável e acompanhada das seguintes certidões/documentos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), FGTS e a Situação perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 17.2. A ausência de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista não impedirá a efetuação do pagamento devido pela execução dos serviços prestados, sem prejuízo da apuração e responsabilização de eventual descumprimento da manutenção das condições de habilitação;
- 17.3. Na nota fiscal/fatura deverá constar a descrição dos produtos entregues, o lote de fabricação, bem como a quantidade, o preço unitário e o preço total de cada um deles;
- 17.4. Na nota fiscal/fatura deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante naquele documento.
- 17.5. O pagamento será realizado por meio de empenho, caso os itens entregues estejam de acordo com as exigências deste Termo de Referência, sendo efetuada eventual retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.5.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 17.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, que será calculada através da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Numero de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

TX = IPCA do mês anterior



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

17.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

17.8. O pagamento será efetuado através de ordem bancária em favor da instituição bancária indicada pela CONTRATADA.

18. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA NEGOCIAÇÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, conforme preconiza o art. 25 do Decreto Federal nº 11.562/2023, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos Fornecedores, com apoio dos Órgãos Participantes, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o(s) Fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços registrados.

18.2.1. O(s) Fornecedor(es) que não aceitar(em) reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.2.2. A ordem de classificação dos Fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, em virtude de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, e o Fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

18.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.4. O registro do Fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços sem motivo justificado;

II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

III. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese prevista no §2º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023;

IV. Ou, sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei 14.133/21;

18.4.1 Na hipótese prevista no inciso IV do item 18.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.4.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 18.4, será formalizado por despacho da autoridade máxima do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I. por razão de interesse público;

II. a pedido do Fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III. Se não houver êxito nas negociações, nos termos disposto no §3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

18.5.1. Fica assegurado, na hipótese do inciso I, do caput, o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis.

18.6. A comunicação do cancelamento do registro de preço, nos casos previstos nos incisos do item 18.4. deve ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

18.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação deve ser feita por publicação no Diário Oficial do Município.

19. DO REAJUSTE DE PREÇOS

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

19.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento/termo aditivo.

20. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

20.1. O reequilíbrio econômico-financeiro tem como objetivo restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. Considerando a flutuação dos preços do mercado, fica estabelecido que as variações para mais ou para menos dos preços de até 10% (dez por cento) do valor proposto na licitação não será



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

configurado álea extraordinária e extracontratual, devendo as partes absorver tais variações pelo preço contratado. Percentuais superiores aos 10% (dez por cento) estabelecidos serão avaliados pela Administração para concessão do reequilíbrio contratual ou não.

20.3 Será levado em consideração na análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, eventual desconto ofertado pela Contratada sobre o valor estimado do processo na fase de lances.

20.4 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de 90 (noventa dias) dias corridos, prorrogável por igual período.

21. DAS PENALIDADES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

21.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);

21.2.4. Multa:

21.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.

21.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato.

21.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.

21.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

- 21.2.4.5. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
- 21.2.4.6. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 21.2.4.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 21.3. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).
- 21.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).
- 21.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).
- 21.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).
- 21.6.1. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;
- 21.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.8. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo;
- 21.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 21.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):
- 21.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 21.10.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 21.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 21.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 21.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).
- 21.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

21.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

21.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

22. DA PROPOSTA COMERCIAL

22.1. A proposta de Preços deverá conter:

22.1.1. Preços com valores expressos em real, inclusive por extenso, considerando todos os serviços a serem prestados, incluindo impostos e demais despesas necessárias à execução do objeto desta contratação.

22.2. Na proposta de preço, deve constar declaração de que no preço praticado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a entrega definitiva, devendo, ainda, apresentar as seguintes indicações:

22.2.1. Preço unitário total por item, em real, do objeto, conforme especificações, entendido o preço total como sendo preço unitário multiplicado pela quantidade solicitada, obrigatoriamente em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o produto do valor ofertado como preço unitário por extenso, pela quantidade licitada. Deverão estar incluídos no preço total ofertado todos os custos e quaisquer encargos que venham a incidir na prestação de serviço do objeto.

22.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

22.4. Assinatura do representante da empresa legalmente estabelecida.

22.5. Os valores unitários e global não podem ultrapassar os valores estimados. As propostas serão julgadas pelo menor preço global.

22.6. O licitante deverá cadastrar junto à proposta de preços os catálogos/folders/ficha técnica dos produtos, contendo as dimensões, indicação do fabricante, marca, modelo, ficha técnica, folheto explicativo do produto ou qualquer outro documento que especifique o objeto de forma a facilitar a avaliação da conformidade da proposta com as especificações constantes neste Termo de Referência.

22.7. A análise da conformidade dos encartes será realizada por servidor ou equipe técnica da Secretaria demandante, com base nas especificações constantes neste Termo de Referência e deverão estar em consonância com as normas técnicas pertinentes, atualmente em vigor no país, expedidas pelo órgão competente.

22.8. Ao final da avaliação da compatibilidade dos produtos apresentados em catálogos/folders/ficha técnica ou amostras, com as especificações do instrumento convocatório, o servidor ou equipe técnica da Secretaria demandante emitirá parecer circunstanciado.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1 Devido à unicidade do fornecimento, é vedada a subcontratação.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

24. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

24.1. É vedada a participação de empresas consorciadas, uma vez que não há no sistema legal regedor das licitações imposição da aceitabilidade de consórcio, ficando, em razão disso, a Administração Pública, e no exercício de seu poder discricionário, com liberdade de promover referida limitação, desde que, é claro, o faça atento ao princípio constitucional e administrativo da razoabilidade.

24.2. Esclareça-se que a vedação de participação de Empresas constituídas sob a forma de consórcio se deve a restrição sobremaneira a competitividade do Certame, posto que, empresas que poderiam competir entre si, estariam reunidas e apresentando um único preço no Processo em prejuízo dos Princípios da Competitividade e Economicidade, além da necessidade de sigilo de informação.

24.3. Nesse sentido também aponta a jurisprudência do TCU registrada no Acórdão no 1.946/2006.

24.4. Neste caso, a especificidade do objeto, por tratar-se de simples fornecimento, que não cabe divisibilidade, torna-se inviável admitir consórcio.

25. DA SUCESSÃO

25.1. Este Registro de Preço obriga as partes Contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

26. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência de Licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

27. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

27.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

27.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

27.1.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

27.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

27.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

27.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

27.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

27.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

27.4.3. Indenizações e multas.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

28. DO FORO

28.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pela Lei Federal no 14.133/21 e no Edital estabelecido para o certame.

29.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas neste Termo de Referência.

Jaboatão dos Guararapes, 26 de janeiro de 2024



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

DAS ESPECIFICAÇÕES, DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES ESTIMADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1. EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE MONTAGEM					
01	MOCHO: Cadeira ou Banco Giratório, Mocho. Tipo de cadeira giratória para facilitar a movimentação e precisão em procedimentos médicos cirúrgicos, muito utilizado em consultórios odontológicos.	UNID.	210	342,80	R\$ 71.988,00
2. EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE PINTURA					
02	APARELHO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO: Raio-X Odontológico. Equipamento de uso odontológico, destinado à obtenção de radiografias odontológicas.	UNID.	82	1.007,50	R\$ 82.615,00
03	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS): Autoclave Odontológica, Esterilizadora Odontológica, Autoclave Horizontal Odontológica. Autoclave horizontal de bancada à vapor para esterilização de instrumentos e materiais médico-cirúrgicos.	UNID.	118	2.666,67	R\$ 314.667,06
04	CADEIRA ODONTOLÓGICA: Cadeira Odontológica, Cadeira para Dentista. Cadeira utilizada para realizar procedimentos odontológicos. Não acompanha o equipo, o sugador e o refletor. Mas, somente, a cadeira odontológica.	UNID.	129	1.435,65	R\$ 185.198,85
05	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO: Compressor de ar Odontológico. Equipamento que produz e armazena ar comprimido, isento de óleo,	UNID.	122	1.083,33	R\$ 132.166,26



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

	utilizado no consultório odontológico para aplicação de alguns equipamentos que requeiram ar comprimido.				
06	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO: Utilizado para acoplar as pontas, os reservatórios de água que será utilizado para alimentar essas pontas e auxiliar o profissional durante os procedimentos odontológicos.	UNID.	128	750,00	R\$ 96.000,00
07	MOCHO: Cadeira ou Banco Giratório, Mocho. Tipo de cadeira giratória para facilitar a movimentação e precisão em procedimentos médicos cirúrgicos, muito utilizado em consultórios odontológicos.	UNID.	210	287,69	R\$ 60.414,90
08	NEGATOSCÓPIO: Negatoscópio, Visualizador de RX, Visualizador Radiográfico. Equipamento utilizado para visualização de imagens radiográficas.	UNID.	60	300,00	R\$ 18.000,00
09	REFLETOR ODONTOLÓGICO: Utilizado para proporcionar luminosidade no interior da cavidade oral.	UNID.	128	933,33	R\$ 119.466,24
10	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR: Mangueira que recebe ar, do compressor, na qual será acoplado o sugador.	UNID.	128	800,00	R\$ 102.400,00
3. EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO					
11	APARELHO DE RAIOS-X ODONTOLÓGICO: Raio-X Odontológico. Equipamento de uso odontológico, destinado à obtenção de radiografias odontológicas.	UNID.	82	500,00	R\$ 41.000,00
12	CADEIRA ODONTOLÓGICA: Cadeira Odontológica, Cadeira para Dentista. Cadeira utilizada para realizar procedimentos	UNID.	129	1.194,48	R\$ 154.087,92



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

	odontológicos. Não acompanha o equipo, o sugador e o refletor. Mas, somente, a cadeira odontológica.				
13	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO: Compressor de ar Odontológico. Equipamento que produz e armazena ar comprimido, isento de óleo, utilizado no consultório odontológico para aplicação de alguns equipamentos que requeiram ar comprimido.	UNID.	122	633,33	R\$ 77.266,26
14	DESTILADOR DE ÁGUA: Destilador de Água, Desmineralizador. Utilizado para eliminar contaminantes da água por meio do sistema de destilação.	UNID.	6	200,46	R\$ 1.202,76
15	EQUIPO CART ODONTOLÓGICO: Utilizado para acoplar as pontas, os reservatórios de água que será utilizado para alimentar essas pontas e auxiliar o profissional durante os procedimentos odontológicos.	UNID.	128	550,00	R\$ 70.400,00
16	FILTRO DE AR: Filtro de ar regulador. Tem a função de filtrar o ar comprimido e regular a pressão de trabalho.	UNID.	73	200,00	R\$ 14.600,00
17	REFLETOR ODONTOLÓGICO: Utilizado para proporcionar luminosidade no interior da cavidade oral.	UNID.	128	483,33	R\$ 61.866,24
18	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO: Equipamento utilizado nos processos de limpeza dentário e em processos odontológicos que necessitam de alta energia.	UNID.	96	300,00	R\$ 28.800,00
19	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR: Mangueira que recebe ar, do compressor, na qual	UNID.	128	483,33	R\$ 61.866,24



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

	será acoplado o sugador.				
20	AUTOCLAVE (ATÉ 75 LITROS): Autoclave Odontológica, Esterilizadora Odontológica, Autoclave Horizontal Odontológica. Autoclave horizontal de bancada à vapor para esterilização de instrumentos e materiais médico-cirúrgicos.	UNID.	118	400,00	R\$ 47.200,00
21	NEGATOSCÓPIO: Negatoscópio, Visualizador de RX, Visualizador Radiográfico. Equipamento utilizado para visualização de imagens radiográficas.	UNID.	60	184,60	R\$ 11.076,00
4. EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇO DE ESTOFADO					
22	CADEIRA ODONTOLÓGICA: Cadeira Odontológica, Cadeira para Dentista. Cadeira utilizada para realizar procedimentos odontológicos. Não acompanha o equipo, o sugador e o refletor. Mas, somente, a cadeira odontológica.	UNID.	129	900,00	R\$ 116.100,00
23	MOCHO: Cadeira ou Banco Giratório, Mocho. Tipo de cadeira giratória para facilitar a movimentação e precisão em procedimentos médicos cirúrgicos, muito utilizado em consultórios odontológicos.	UNID.	210	400,00	R\$ 84.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$1.952.381,73	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

ANEXO II – DO TERMO DE REFERÊNCIA

DAS UNIDADES DE SAÚDE BUCAL

REGIONAL 1 - JABOATÃO CENTRO – AVENIDA BARÃO DE LUCENA S/N - FONE: 34825482, 999753201, 999782878		
SERVIÇOS DE SAÚDE	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
USF MARIA DULCE SIMÕES (QUITANDINHA)	RUA ESPERANÇA, NOVA S/N. FLORIANO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
USF VILA PIEDADE I	AV. MANOEL BEZERRA NEVES, 960. VILA PIEDADE	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO
USF ENGENHO VELHO I	ESTRADA DA LINHA FÉRREA, 731. ENGENHO VELHO	01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
USF VICENTE ALBERTO CARICIO MALVINAS I	RUA CARUARU, S/N. VISTA ALEGRE	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO
USF QUADROS II	RUA AGRIPINO DE FREITAS, 580 C. JABOATÃO CENTRO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO
USF QUADROS I	RUA BOA ESPERANÇA, S/N. JABOATÃO CENTRO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 NEGATOSCÓPIO
USF LOTE 56	RUA AGAMENON MAGALHÃES, 161. MURIBEQUINHA	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO - LOTE 92 - I	RUA DOM CARLOS COELHO, S/N. VILA RICA	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 NEGATOSCÓPIO
USF JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO - LOTE 92 - II	RUA DOM CARLOS COELHO, S/N. VILA RICA	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO
USF SANTO ALEIXO I	RUA SANTA MARTA DE FREITAS, S/N. SANTO ALEIXO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF SANTO ALEIXO II	RUA SANTA MARTA DE FREITAS, S/N. SANTO ALEIXO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

USF FREI DAMIÃO I	RUA CAMARATINGA, S/N. SANTO ALEIXO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF ENGENHO MACUJÉ	GRANJA SÃO FRANCISCO S/N. ENGENHO MACUJÉ	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF SOCORRO	AV. GENERAL MANOEL RABELO, 1998. SOCORRO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 NEGATOSCÓPIO
USF VILA RICA	RUA VILA RICA, S/N. JABOATÃO CENTRO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF SANTO ANTÔNIO	RUA VILA RICA, S/N. JABOATÃO CENTRO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF BELO HORIZONTE	RUA VILA RICA, S/N. JABOATÃO CENTRO	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
CEO POLICLINICA MARINHA MELO	RUA CRISTIANO SANTOS S/N. VILA RICA	05 CADEIRA ODONTOLÓGICA 05 REFLETOR ODONTOLÓGICO 05 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 05 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 05 COMPRESSOR 02 AUTOCLAVE 01 SELADORA 04 ULTRASSOM 10 MOCHO



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		04 RAO X 03 FILTRO DE AR 04 NEGATOSCÓPIO 01 DESTILADORA
UBT AMÉLIA LUCENA TEIXEIRA	TRAVESSA CANAÃ, Nº111 - COHAB 01 VILA RICA	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR

**REGIONAL 2 - CAVALEIRO - RUA CONDE PEREIRA CARNEIRO, 156 - FONE:
32576276, 998941363**

SERVIÇOS DE SAÚDE	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
USF DOIS CARNEIROS BAIXO I e II	RUA AGOGÔ, 29. DOIS CARNEIROS BAIXO.	02 CADEIRA ODONTOLÓGICA 02 REFLETOR ODONTOLÓGICO 02 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 02 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 02 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF DOIS CARNEIROS BAIXO III	AV. MANOEL CARNEIRO LEÃO, S/N. DOIS CARNEIROS BAIXO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		02 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF ALTO DO CRISTO	RUA DO SOSSEGO, 39. CAVALEIRO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF JOSÉ COELHO PEREIRA	RUA DA BANDEIRA, S/N. CAVALEIRO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR
USF ALTO DA COLINA	RUA CENTRAL DA COLINA, 89. CAVALEIRO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF EDUARDO MENEZES	RUA MARIA AUGUSTA DUTRA, S/N. SUCUPIRA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 EQUIPO ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR	CART
USF JARDIM MONTE VERDE	RUA CHAPADA DO ARARIPE, S/N. JARDIM MONTE VERDE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO	CART
USF N. S. DO PERPETUO SOCORRO	RUA PLICINEIA, S/N. ZUMBI DO PACHECO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR	CART
USF ALTO DOIS CARNEIROS I	2ª TV BELÉM DE JUDA. ALTO DOIS CARNEIROS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR	CART



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

USF ALTO DOIS CARNEIROS II	2ª TV BELÉM DE JUDA. ALTO DOIS CARNEIROS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF RETIRO	RUA MARECHAL HERMES FONSECA Nº 25. SUCUPIRA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF NOSSA SENHORA DOS PRAZERES	RUA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, 310. SUCUPIRA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF ALTO DO RESERVATÓRIO	RUA AUGUSTO CALHEIROS, 338 * IMÓVEL A SER ENTREGUE, EM BUSCA DE NOVO IMÓVEL. CAVALEIRO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		02 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF ALTO SÃO SEBASTIÃO	RUA PAULINO JOSÉ CORREIA, 57, CASA A. CAVALEIRO.	01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO
USF SITIO DAS QUEIMADAS	RUA CARDEAL, 120. SUCUPIRA. SUCUPIRA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
USF MARIA DE SOUZA RAMOS I	RUA MANOEL BOTELHO DE OLIVEIRA S/N. ZUMBI DO PACHECO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF MARIA DE SOUZA RAMOS II	RUA MANOEL BOTELHO DE OLIVEIRA S/N. ZUMBI DO PACHECO.	00
USF JOSÉ CARLOS RIBEIRO	RUA SIQUEIRA CAMPOS, 33. CAVALEIRO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
UBS SUCUPIRA	RUA MARECHAL CANDIDO RONDON, 109. SUCUPIRA.	02 CADEIRA ODONTOLÓGICA 02 REFLETOR ODONTOLÓGICO 02 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 02 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 02 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 04 MOCHO 01 RAO X 02 FILTRO DE AR
USB MARIO SANTIAGO DA SILVA	AV. CONDE PEREIRA CARNEIRO 32 - A E B. SUCUPIRA.	02 CADEIRA ODONTOLÓGICA 02 REFLETOR ODONTOLÓGICO 02 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 02 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 02 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 ULTRASSOM 04 MOCHO 01 RAO X 02 FILTRO DE AR
CEO POLICLINICA CÔNEGO PEDRO DE SOUZA LEÃO	RUA JOAQUIM TENORIO, S/N. CAVALEIRO.	04 CADEIRA ODONTOLÓGICA 04 REFLETOR ODONTOLÓGICO 04 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 04 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 03 COMPRESSOR 03 AUTOCLAVE 02 SELADORA 01 ULTRASSOM 04 MOCHO 02 RAO X



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		04 FILTRO DE AR 04 NEGATOSCÓPIO
SAE	RUA JOAQUIM TENÓRIO, S/N. CAVALEIRO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR

REGIONAL 3 - CURADO IV - AVENIDA DOIS - FONE: 34522412, 999390382

SERVIÇOS DE SAÚDE	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
USF CURADO I.I	RUA QUINZE, S/N. CURADO I.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO 01 RAIO X
USF CURADO II.I	RUA ARGEMIRO ALVES Nº 5. CURADO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 RAO X
USF CURADO II.II	RUA FRANCISCO SERPA LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO, S/N. CURADO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF CURADO III.I	AVENIDA ANTÔNIO JACOME BEZERRA, S/N. CURADO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF CURADO IV	AVENIDA 02, S/N. CURADO IV.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO 01 RAO X
USF CURADO V	AV. LUIZ GONZAGA, 128. CURADO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF CRISTO REDENTOR	RUA GÓLGOTA, 50 LOTEAMENTO C REDENTOR. CURADO I.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
CEO POLICLÍNICA MANOEL CALHEIROS - CURADO IV	RUA TRÊS, S/N. CURADO IV.	04 CADEIRA ODONTOLÓGICA 04 REFLETOR ODONTOLÓGICO 04 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 04 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 04 COMPRESSOR 04 AUTOCLAVE 01 SELADORA 03 ULTRASSOM 04 MOCHO 03 RAIO X 04 FILTRO DE AR 02 NEGATOSCÓPIO

REGIONAL 4 - MURIBECA - EIXO DA INTEGRAÇÃO, 3033 FONE: 999755706, 998301017

SERVIÇOS DE SAÚDE	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
USF VILA PALMARES 1	RUA DO FRADE, Nº 1 VILA DOS PALMARES. MURIBECA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR
USF VILA PALMARES 2	AV. NEWTON CARNEIRO FILHO, S/N. MURIBECA.	00
USF ODORICO MELO	RUA UM - QUADRA 4, S/N. MURIBECA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO 01 RAIO X
USF JARDIM MURIBECA 1	RUA GIRASSOL, 120, CASA A. MURIBECA.	00
USF INTEGRAÇÃO MURIBECA	RUA RIO TINDO, S/N. MARCOS FREIRE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X
USF INALDO ALVES DE FRANÇA I	RUA VITÓRIA RÉGIA, 35. MARCOS FREIRE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO
USF PORTAL DOS PRAZERES	RUA VENTUROSA, 30. PORTAL DOS PRAZERES/MARCOS FREIRE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
UBS MURIBECA DOS GUARARAPES	RUA DA MATRIZ, S/N. MURIBECA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO
UBS SEVERINO ROBERVAL DE MOURA/MARCOS FREIRE	RUA LUIZ BARBALHO, S/N. MARCOS FREIRE.	02 CADEIRA ODONTOLÓGICA 02 REFLETOR ODONTOLÓGICO 02 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 02 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 02 COMPRESSOR 02 AUTOCLAVE 01 SELADORA 04 MOCHO 02 RAIO X
CAF	RUA PORTO FRANCO Nº 1121. TERMINAL LOGÍSTICO JMF LTDA, GALPÕES C8 E C9. MURIBECA.	00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

REGIONAL 5 - PRAZERES - RUA ARÃO LINS DE ANDRADE, 528 - 999399823, 997963166

SERVIÇOS DE SAÚDE	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
USF COMPORTAS I	RUA DR. MIGUEL CORREIA DE SÁ, S/N. COMPORTAS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF COMPORTAS II	RUA FERNANDO DE NORONHA, S/N. COMPORTAS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 MOCHO 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF JARDIM PRAZERES I	RUA MATA GRANDE, S/N. JARDIM PRAZERES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF JARDIM PRAZERES II	RUA MATA GRANDE, S/N. JARDIM	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

	PRAZERES.	01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 RAO X
USF LAGOA DAS GARÇAS	RUA CARAJÁ, S/N. PRAZERES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 RAO X
USF VILA JOÃO DE DEUS	RUA ITAITUBA, 397. PRAZERES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 MOCHO
USF VILA SOTAVE I	RUA DO COLIBRI, S/N. PRAZERES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X
USF VILA SOTAVE II	RUA DO COLIBRI, S/N. PRAZERES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
USF VAQUEJADA	RUA NOSSA SENHORA DOS PRAZERES Nº13. CAJUEIRO SECO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X
USF VERA LUCIA TIETA	RUA ASSEMBLÉIA DE DEUS, 410. CAJUEIRO SECO.	01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 RAO X
USF JARDIM DO NAUTICO	RUA GETÚLIO VARGAS, 480. CAJUEIRO SECO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 MOCHO 01 RAO X
USF PETRONIO PORTELA I	RUA CALUMBI, S/N. CAJUEIRO SECO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
USF PETRONIO PORTELA II	RUA CALUMBI, S/N. CAJUEIRO SECO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO
USF N S DO CARMO	RUA FREI CLEMENTE, 180. PRAZERES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO
USF MASSARANDUBA DO CAMPO	RUA CONSUELO LEANDRO DUTRA, S/N Lote 4 e 5. PIEDADE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X
USF NOVA DIVINEIA 2	RUA ALAMEDA DA SUCUPIRA, Nº 410A. CAJUEIRO SECO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 FILTRO DE AR
USF PORTA LARGA	RUA GENERAL RAFAEL GUIMARÃES, 324. PIEDADE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO 01 RAO X
CEO POLÍCLINICA JOSÉ CARNEIRO LINS	RUA DR. LUIZ REGUEIRA, S/N. PRAZERES.	04 CADEIRA ODONTOLÓGICA 04 REFLETOR ODONTOLÓGICO 04 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 04 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 03 AUTOCLAVE 02 SELADORA 01 ULTRASSOM 04 MOCHO 03 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 DESTILADORA

REGIONAL 6 - PRAIAS - RUA DOMINGOS SÁVIO, 119 - FONE: 34741979, 999373450, 999756468

SERVIÇOS DE SAÚDE	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
USF CURCURANA I	ESTRADA DE CURCURANA, Nº 2568. BARRA DE JANGADA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO
USF CURCURANA II	RUA CONGONHAS, S/N. BARRA DE JANGADA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO
USF PRAIA DO SOL	RUA A S/N. BARRA DE JANGADA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 MOCHO 01 RAO X
USF BARRA DE JANGADA I	FUNCIONANDO NA UBT PRAIA DO SOL PROVISORIAMENTE. BARRA DE JANGADA.	00
USF BARRA DE JANGADA II	RUA CUIABÁ, S/N. BARRA DE JANGADA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 FILTRO DE AR



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

USF LORETO I	RUA AMARO ANDRADE, PIEDADE.	DE 82.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF LORETO II	RUA REMANSO, PIEDADE.	11.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
USF VIETNA	3 TRAV SEBASTIÃO, PIEDADE.	SÃO S/N.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
USF JARDIM COPACABANA	RUA ROSA AMÉLIA DA PAZ, 354. PIEDADE.		01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO
USF JARDIM PIEDADE 1	RUA MARIA DO CARMO ALMEIDA, Nº 439. PIEDADE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO
USF JARDIM PIEDADE 2	RUA DAS FLORES, S/N. PIEADADE.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF GRUPIARA	RUA ALESSANDRO DAVI Nº 57. BARRA DE JANGADA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO
USF BUENOS AYRES	RUA SÃO MARCOS, Nº 400. CANDEIAS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X
USF CATAMARÃ	RUA CARACOL, S/N. CANDEIAS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X
USF SANTA FELICIDADE	RUA TERCEIRO MILÊNIO, S/N. CANDEIAS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR
UBS GALBA MATOS (CAROLINA)	RUA DAS CAROLINAS, 300. CANDEIAS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

UBS DOM HELDER CÂMARA	RUA JOÃO FRAGOSO DE MEDEIROS, S/N. CANDEIAS.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
UBS PRAIA DO SOL	RUA CAXIAS DO SUL, S/N. BARRA DE JANGADA.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 01 MOCHO 01 RAO X 01 DESTILADORA
POLICLÍNICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	RUA ARÃO LINS DE ANDRADE, 364. PIEDADE.	02 CADEIRA ODONTOLÓGICA 02 REFLETOR ODONTOLÓGICO 02 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 02 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 02 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO 02 RAO X 01 DESTILADORA

**REGIONAL 7 - JARDIM JORDÃO - RUA ORLANDO COELHO DA SILVA, 85 -
34613747, 999395102, 997741783**



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

SERVIÇOS DE SAÚDE	ENDEREÇO	EQUIPAMENTOS
USF CORREGO DA BATALHA I	AV. CORREGO DA BATALHA, PRAZERES. 85.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF CÔRREGO DA GAMELEIRA - REFORMA	RUA NOSSA Srª DO DESTERRO, JARDIM JORDÃO. 332.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF RIO DAS VELHAS	RUA MARIA IDALINAS, S/N. GUARARAPES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 RAIO X 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF NOVA DESCOBERTA I	RUA SÃO FELIX, 114. GUARARAPES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 FILTRO DE AR 01 NEGATOSCÓPIO
USF CAJA	RUA SÃO BENTO, 502. JARDIM JORDÃO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAIO X
USF JARDIM JORDÃO	RUA 08 DE OUTUBRO, S/N. JARDIM JORDÃO.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO 01 RAIO X
USF GUARARAPES 1	AVENIDA BARRETO DE MENEZES, S/N. GUARARAPES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

		01 NEGATOSCÓPIO 01 RAO X
USF GUARARAPES 2	AVENIDA BARRETO DE MENEZES, S/N. GUARARAPES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 RAO X
USF LADEIRA DA IGREJA	RUA DR. ANICETO DE SANTANA, 469. GUARARAPES.	01 CADEIRA ODONTOLÓGICA 01 REFLETOR ODONTOLÓGICO 01 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 01 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 01 SELADORA 01 ULTRASSOM 02 MOCHO 01 NEGATOSCÓPIO 01 RAO X
POLICLINICA LEOPOLDINA LEÃO TENÓRIO SOUZA	AV. GONÇALVES DIAS, 1500 - A. JARDIM JORDÃO.	02 CADEIRA ODONTOLÓGICA 02 REFLETOR ODONTOLÓGICO 02 UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR 02 EQUIPO CART ODONTOLÓGICO 01 COMPRESSOR 01 AUTOCLAVE 02 SELADORA 01 ULTRASSOM 04 MOCHO 01 RAO X



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

ANEXO II
PLANILHA DE DADOS CADASTRAIS

DADOS EMPRESA	
RAZÃO SOCIAL	
CNPJ:	
Endereço:	
REPRESENTANTE (s) LEGAL(ais) e Qualificação: (Administrador, conforme os atos constitutivos)	(Nome, nacionalidade, RG, CPF, endereço)
Telefone:	
E-mail:	
REPRESENTANTE (s) LEGAL (ais) e Qualificação: (Para assinatura do contrato)	(Nome, nacionalidade, RG, CPF, endereço)



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

À
PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES
Agente de Contratação/Pregoeiro(A):

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2023

Apresentamos e submetemos à apreciação deste Agente de Contratação nossa proposta de preços relativa _____(objeto do processo)_____, destinados a atender as necessidades da _____(órgão solicitante)_____, Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, conforme especificações constantes no Termo de Referência, deste Edital.

Descrição do objeto, conforme Termo de Referência, necessariamente: lote/ item, descrição, MARCA E MODELO (COM A REFERÊNCIA DO PRODUTO), unidade, quantidade, preço unitário, bem como preço total (COM NO MÁXIMO DUAS CASAS APÓS A VÍRGULA).

Item	Descrição	Número do Registro	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
	R\$				

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$

• Prazo mínimo da validade da proposta de preços é de 90 **(noventa) dias corridos**, que será contado a partir da data da entrega da proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

Declaro ainda estar de acordo e ciente com todas as exigências estipuladas em Edital.

Declaro que os itens atendem as especificações discriminadas no Anexo I– Especificações de Serviços (Bens)/ Quantidades.

_____, em _____ de _____.

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**ANEXO IV
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2023 -
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
VIGÊNCIA: 1 (UM) ANO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO JABOATÃO
DOS GUARARAPES E A
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Barreto de Menezes, s/n, bairro de Prazeres, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 10.377.679/0001-96, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** neste ato representada pela sua Secretária Municipal, Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CPF/MF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, a XXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na XXXXXXXXXXXX, nº XXX XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, neste ato legalmente representada por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXX, XXXXX, XXXXXXXX portador da Cédula de Identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com o Processo Licitatório nº XXXXXXXXXXXX e, ainda, na proposta de preços do **FORNECEDOR**, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
X	Especificação	Marca (se exigida)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade (se exigida no



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

		no edital)					Edital)
--	--	------------	--	--	--	--	---------

3. DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será permitida a adesão por órgão não participante.

5. DA VIGÊNCIA

5.1 A ATA de REGISTRO DE PREÇOS a ser firmada entre o Município do Jaboatão dos Guararapes e o (s) vencedor (es) do certame, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a sua maior vantajosidade, conforme art. 84, caput, da Lei 14.133/21.

5.2 O contrato oriundo desta Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei Federal 14.133/21.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. À Secretaria Municipal de Educação, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:

6.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços.

6.1.2. Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados, quando houver.

6.1.3. Providenciar a indicação, sempre que solicitado, dos Fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade requerente.

6.1.4. Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preço.

6.1.5. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

6.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

7.1. Comunicar ao Gestor do Contrato, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** qualquer anormalidade que impeça o fornecimento dos bens no prazo estipulado;

7.2. Fornecer o objeto no prazo estabelecido e no local indicado pela Administração, acompanhadas de notas fiscais para conferência, a qual ocorrerá no ato da entrega e no local de recebimento;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

7.3. Fornecer material de boa qualidade e procedência, em estrita conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência;

7.4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência

Da ata e respectivos instrumentos contratuais, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

7.5. Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos materiais adquiridos, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;

7.6. Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

7.7. Manter as mesmas condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e instrumentos contratuais;

7.8. Indicar o responsável que a responderá por todos os atos e comunicações formais;

7.9. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte, até o local determinado para a sua entrega;

7.10. Cumprir todas as especificações previstas no instrumento convocatório que deu origem Ata de Registro de Preços.

7.11. A responsabilidade pelo fornecimento do material será da(s) CONTRATADA(S), a qual se encontra impedida de transferir para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, este encargo, assim como subcontratar outras pessoas físicas ou jurídicas para executar as obrigações objeto deste instrumento.

7.12. Fica assegurado a Secretaria Municipal de Saúde, o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações exigidas no Edital, ficando a(s) empresa(s) CONTRATADA(s) obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até **05 (cinco) dias** a contar da sua notificação, que ficará a cargo da Saúde.

7.13. A(s) CONTRATADA(S) se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, as partes do material desta contratação em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos fornecimentos, na forma estabelecida neste Termo de Referência.

7.14. As despesas de frete/embalagem deverão estar inclusas no preço proposto, e em hipótese alguma poderão ser destacadas quando da emissão da nota fiscal/fatura.

7.15. A(s) empresa(s) contratada(s) deverá fornecer os itens estritamente de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência, bem como nos prazos nele estabelecidos, responsabilizando-se pela substituição dos mesmos na hipótese de estarem em desacordo com as referidas especificações, bem como não estiver de acordo com os folhetos/catálogos apresentados juntamente com a proposta de preços e aprovada, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

8. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA NEGOCIAÇÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, conforme preconiza o art. 25 do Decreto Federal nº 11.562/2023, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos Fornecedores, com apoio dos Órgãos Participantes, nas seguintes situações:



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o(s) Fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços registrados.

8.2.1.O(s) Fornecedor(es) que não aceitar(em) reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2.A ordem de classificação dos Fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

8.3.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, em virtude de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, e o Fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

b) convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

8.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.4.O registro do Fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços sem motivo justificado;

II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

III. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese prevista no §2º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023;

IV. Ou, sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei 14.133/21;

8.4.1 Na hipótese prevista no inciso IV do item 8.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.4.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.4, será formalizado por despacho da autoridade máxima do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

8.5.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I.** por razão de interesse público;
- II.** a pedido do Fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III.** SE não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto item 8.2 e no § 4º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023 .

8.5.1. Fica assegurado, na hipótese do inciso I, do caput, o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis.

8.6.A comunicação do cancelamento do registro de preço, nos casos previstos nos incisos do item 8.4. deve ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

8.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação deve ser feita por publicação no Diário Oficial do Município.

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

9.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a mesma será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante conforme previsão do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2022, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 01 (um) dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

10.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

10.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas e serão

designados por meio de Portaria, publicada no DOM.

10.4. A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará preferencialmente por meio de e-mail e contato telefônico sem prejuízo de outros meios disponíveis.

10.5. As responsabilidades do Gestor da Ata de Registro de Preços são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. DA SUCESSÃO OU ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1 O presente Registro de Preço obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

11.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da FORNECEDORA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da Ata.

12. VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

12.1 A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá o visto da Assessoria Jurídica do Órgão ou Entidade CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 14.133/2021.

13. DO REGISTRO

13.1 Em atendimento ao Lei Complementar nº 45/2021, o presente instrumento segue para registro e arquivamento nesta SULIC.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

15. DO FORO

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Jaboatão dos Guararapes para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Jaboatão dos Guararapes, XXX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº /2023 -

**CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO JABOATÃO
DOS GUARARAPES E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Barreto de Menezes, s/n, bairro de Prazeres, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ(MF) sob o nº 10.377.679/0001-96, através da **SECRETARIA XXXXXXXXXXXX**, por meio da **SECRETARIA XXXXXXXXXXXX**, neste ato representado pelo Secretária Municipal da Pasta, Sr(a). XXXXXXXXXX, portador da cédula de identidade nº XXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com o **Processo Licitatório n.º XXXXXXXXXXXX** e, ainda, na proposta de preços da **CONTRATADA**, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo Licitatório, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3 Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., na forma dos art. 107 da Lei nº



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

14.133/2021, conforme natureza do serviço descrita neste Instrumento e no Termo de Referência da presente contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor da contratação é de R\$().

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Órgão:

Unidade Orçamentária:

Projeto / Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega do material, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada por servidor responsável;

5.2 Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.3 Na nota fiscal/fatura deverá constar a descrição dos produtos entregues, o lote de fabricação, bem como a quantidade, o preço unitário e o preço total de cada um deles;

5.4 Na nota fiscal/fatura deverá ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente onde será creditado o valor relativo ao pagamento constante naquele documento

5.5A Administração Municipal efetuará as retenções tributárias obrigatórias, bem como a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) na prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, uma vez atestados e liquidados, conforme estabelece o art. 5º do Decreto Municipal nº 73/2023.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO OBJETO

6.1. O modelo de fornecimento pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. O reequilíbrio econômico-financeiro tem como objetivo restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

8.2. Considerando a flutuação dos preços do mercado, fica estabelecido que as variações para mais ou para menos dos preços de até 5% (cinco por cento) do valor atual do contrato, não será configurado álea extraordinária e extracontratual, devendo as partes absorver tais variações pelo preço ofertado. Percentuais superiores aos 5% estabelecidos serão avaliados pela Administração para fins de concessão do reequilíbrio contratual ou não;

8.3. Será levado em consideração na análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, eventual desconto ofertado pela Contratada sobre o valor estimado do processo na fase de lances.

8.4 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de 90 (noventa dias), prorrogável por igual período.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1.O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1.Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2.concensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

11.2.Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3.A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

11.4.O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1.Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2.Relatório dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3.Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução do fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

15.1. O presente CONTRATO terá o visto da Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGISTRO

17.1. Em atendimento a Lei Complementar nº 45/2023, o presente instrumento segue para registro e arquivamento nesta SULIC.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA

18.1. As regras acerca da garantia contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao edital.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Jaboatão dos Guararapes para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei nº 14.133/2021.

Jaboatão dos Guararapes, XX de XXXXX de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-
2-